

IMPACTO DA COVID-19 NA GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA EM EMPRESAS DO SETOR VAREJISTA LISTADAS NA B3

IMPACT OF COVID 19 ON THE GENERATION AND DISTRIBUTION OF
WEALTH IN COMPANIES IN THE RETAIL SECTOR LISTED ON B3

Recebido em **6.2.2022**
Aprovado em **3.3.2022**

André Tadeu Brandão de Sousa

Mestrando em Controladoria e Finanças da Faculdade Fipecafi.

E-mail: andre.sousa@fipecafi.edu.br

José Alexandre de Oliveira Von Bloedau

Mestrando em Controladoria e Finanças da Faculdade Fipecafi.

E-mail: jose.bloedau@fipecafi.edu.br

Marta Cristina Pelucio Grecco

Professora do Mestrado Profissional em Controladoria e Finanças da Faculdade Fipecafi.

E-mail: marta.pelucio@fipecafi.org

IMPACTO DA COVID-19 NA GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA EM EMPRESAS DO SETOR VAREJISTA LISTADAS NA B3

Fabiana Lopes da Silva

Professora do Mestrado Profissional em Controladoria e Finanças da Faculdade Fipecafi.

E-mail: fabiana.silva@fipecafi.org

Diego Pelucio Grecco

Graduando em Ciências Contábeis da Faculdade Fipecafi.

E-mail: diegopg_@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo identificar o impacto da Covid-19 na geração e na distribuição da riqueza por meio das demonstrações do valor adicionado (DAV) evidenciadas por empresas do setor varejista listadas na B3. Inicialmente, faz-se uma abordagem sobre a , a teoria dos *stakeholders*, a teoria da divulgação, o setor varejista e a epidemia da Covid-19, e, em seguida, apresentam-se os resultados da análise. Analisaram-se 28 empresas nos exercícios de 2019 e 2020, por meio da aplicação do teste de Wilcoxon. Os resultados evidenciaram uma redução significativa no valor adicionado gerado pelas empresas no ano de 2020, em comparação ao exercício anterior. Com base nisso, este estudo apresenta à academia e à sociedade evidências empíricas do efeito da crise sanitária da Covid-19 no setor varejista, além de relevantes informações sobre o comportamento do setor com seus grupos de interesse, já que se observou uma redução na distribuição de riqueza aos acionistas no ano de 2020. Ressaltam-se aqui dois aspectos importantes: o comportamento socialmente responsável do setor com seu pessoal, pois manteve-se a distribuição da riqueza para esse grupo, e a falta de redução da distribuição ao governo, o que denota a ausência de políticas públicas efetivas para o enfrentamento da crise pelo setor.

PALAVRAS-CHAVE

Distribuição de valor adicionado. Covid-19. Setor varejista. Teoria dos *stakeholders*.

ABSTRACT

The present study aims to identify the impact of Covid-19 on the generation and distribution of wealth through the demonstration of added value (DAV) evidenced by companies in the retail sector listed on B3. Initially, an approach is made on the DAV, the stakeholder theory, the theory of disclosure, on the

ANDRÉ TADEU BRANDÃO DE SOUSA, JOSÉ ALEXANDRE DE OLIVEIRA VON BLOEDAU, MARTA CRISTINA PELUCIO GRECCO, FABIANA LOPES DA SILVA E DIEGO PELUCIO GRECCO

retail sector, and on the Covid-19 epidemic, to present the analysis results then. Twenty-eight companies were analyzed in 2019 and 2020 using the Wilcoxon test. The results showed a significant reduction in the added value generated by companies in 2020 compared to the previous year, contributing to academia and society with empirical evidence of the effect of the Covid-19 health crisis on the retail sector. In addition, it contributes relevant information on the sector's behavior with its interest groups, with a reduction in the distribution of wealth to shareholders in 2020. The socially responsible behavior of the sector with its personnel is highlighted, which maintained the distribution of wealth for this group and the lack of reduction in distribution to the government, which denotes the lack of effective public policies to face the crisis by the sector.

KEYWORDS

Value added distribution. Covid-19. Retail sector. Stakeholder Theory.

INTRODUÇÃO

Segundo Machado et al. (2015), as demonstrações financeiras das empresas possuem grande importância porque auxiliam o processo de tomada de decisões que podem afetar a situação financeira delas, com informações detalhadas para os gestores, os credores, o governo, além de outros agentes econômicos.

Ainda conforme Machado et al. (2015), a informação contábil geralmente: 1. ajuda a reduzir a assimetria da informação entre os usuários internos (gestores, executivos etc.) e os usuários externos (analistas de mercado, acionistas, credores, governo etc.); 2. auxilia o usuário na avaliação das transações passadas, presentes e futuras nos fluxos de caixa futuros (valor preditivo) e/ou confirmando ou corrigindo suas avaliações anteriores (valor confirmatório); e 3. proporciona a possibilidade de alteração da decisão do usuário pela sua utilização, visto que ele pode tomar uma decisão diferente da que teria tomado caso não tivesse acesso a uma determinada informação.

De acordo com Barth et al. (2001), uma informação sempre será relevante se estiver relacionada com os valores de mercado da organização.

Várias pesquisas têm sido desenvolvidas para analisar o impacto do processo de convergência entre padrões internacionais de contabilidade (por exemplo, Antunes et al., 2012; Cunha & Barros, 2021; Pelucio Grecco et al., 2014, 2019; Machado et al., 2012), como também os efeitos das alterações normativas ou de necessidades de alterações após a convergência (por exemplo, Groff & Mörec, 2021; Sobral et al., 2021; Tarca, 2021). No Brasil, o processo de convergência teve início oficialmente com a Lei n. 11.638/2007, que alterou a Lei n. 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), em seus aspectos contábeis.

Com a convergência entre as normas brasileiras de contabilidade as normas internacionais de contabilidade, as empresas presenciaram um aumento crescente no grau de evidenciação e divulgação das informações contábeis, especialmente aquelas relacionadas à interação da empresa com seu público e seu entorno (Costa & Marion, 2007; Antunes et al., 2012).

ANDRÉ TADEU BRANDÃO DE SOUSA, JOSÉ ALEXANDRE DE OLIVEIRA VON BLOEDAU, MARTA CRISTINA PELUCIO GRECCO, FABIANA LOPES DA SILVA E DIEGO PELUCIO GRECCO

Em alguns casos, até de forma espontânea, as empresas começaram a se convencer da necessidade de registrar, mensurar e divulgar aspectos voltados ao impacto social delas e informações sobre seu desempenho econômico-financeiro (Cunha et al., 2005; Silva et al., 2008). A Lei n. 11.638/2007 passou a exigir que as empresas de capital aberto divulgassem a demonstração do valor adicionado (DAV), embora algumas já o fizessem antes da referida lei.

Kroetz e Cosenza (2004, p. 18) mencionam que a DAV ainda não havia sido adequadamente explorada, em sua total amplitude e magnitude, como um relevante instrumento para a apresentação de informação útil aos interesses dos distintos usuários. Complementam os autores que, apesar de sua utilidade ser muito realçada no meio acadêmico, a evidência diferentes concepções sobre a riqueza criada e distribuída por uma empresa. Vale ressaltar que a DAV ainda é desconhecida por parte dos *stakeholders*, já que até 2007 não havia no Brasil um esforço canalizado para normatizar sua elaboração e obrigar sua publicação.

Moreno et al. (2019) analisaram as DAV de empresas abertas brasileiras do setor de construção no período de 2011 a 2016 para verificar o comportamento da riqueza gerada e distribuída no período de pré-crise econômica brasileira e durante a crise. Os autores encontraram evidências de redução de distribuição aos proprietários e terceiros. O trabalho ressalta a importância da análise da DAV em períodos de crise.

Desde 2020, o mundo vem enfrentando uma crise em função da pandemia da *coronavirus disease 2019* (Covid-19). Castro (2020) verificou que desde o final de 2019, com o agravamento em 2020, a pandemia da Covid-19 já havia se alastrado por todos os países, o que forçou os governos a implantar confinamentos para tentar reduzir a contaminação, e isso exigiu das pessoas uma adaptação dos hábitos e comportamentos sociais. Nas empresas, a pandemia resultou na redução ou até na paralisação das atividades econômicas, e, para que pudessem continuar a operar, muitas organizações foram obrigadas a migrar parte de suas atividades para o modelo *home office*.

Um dos setores que sofreram um importante impacto com a Covid-19 foi o varejista, pois, conforme a reportagem de Mendes (2020), o varejo acumulou uma perda de R\$ 279 bilhões desde início da pandemia.

IMPACTO DA COVID-19 NA GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA EM EMPRESAS DO SETOR VAREJISTA LISTADAS NA B3

Diante do exposto, levantou-se a seguinte questão de pesquisa:

- Qual é o impacto da Covid-19 na geração e distribuição da riqueza do setor varejista das empresas listadas na B3?

Para responder a essa questão, delineou-se o seguinte objetivo: identificar o impacto da Covid-19 na geração e distribuição da riqueza por meio das DAV evidenciadas por empresas do setor varejista listadas na B3.

Por esses motivos, a pesquisa se justifica porque fornece novos conhecimentos para a consolidação dos estudos sobre a divulgação de informações pelas empresas, em especial da DAV, compreendendo a atuação prática. O propósito deste artigo é transmitir aos interessados e à sociedade como um todo informações referentes aos seguintes aspectos: como o valor da riqueza foi gerado e distribuído no setor varejista, e como as economias têm se comportado durante a crise do coronavírus.

REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa sobre a importância da informação contábil

O objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis para investidores e credores em potencial em suas avaliações e tomadas de decisão econômica (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, 2019).

Em contabilidade, a informação é gerada para atender pessoas ou as entidades que necessitam de alguma informação contábil para tomada de decisões. Esses usuários podem ter preocupações em comum, como a capacidade de geração de caixa, a rentabilidade da empresa e a continuidade de seus negócios (Favero et al., 2011). Como também pode haver interesses e necessidades diferenciados quanto à informação contábil por parte dos seus usuários, dependendo da relação que eles estabelecem com a organização.

ANDRÉ TADEU BRANDÃO DE SOUSA, JOSÉ ALEXANDRE DE OLIVEIRA VON BLOEDAU, MARTA CRISTINA PELUCIO GRECCO, FABIANA LOPES DA SILVA E DIEGO PELUCIO GRECCO

Lopes e Martins (2007) afirmam que o conteúdo informativo da contabilidade tem a capacidade de fornecer informações que possuam relevância econômica ao usuário, e esta se refere à capacidade de a informação alterar as crenças e percepções dos observadores.

A objetiva revelar a riqueza gerada pela empresa, bem como sua distribuição entre aqueles que contribuíram para a formação da riqueza, ou seja, demonstrar a parte do valor adicionado destinado aos proprietários do capital e a outros que participaram do financiamento das atividades da empresa, como empregados e sociedade, e quanto foi destinado à empresa.

As informações na DAV possuem objetivos distintos da demonstração do resultado do exercício (DRE). As informações da DRE são complementares e têm como objetivo fornecer mais transparência aos interessados que buscam por mais dados da empresa. A DRE prioriza o lucro líquido, o que corresponde na DAV à parte do valor adicionado direcionado aos proprietários do capital. As demais partes do valor adicionado direcionado aos funcionários, a outros financiadores e ao governo são demonstradas como despesas na DRE, segundo Machado et al. (2015).

Observa-se que a DRE usa o critério da natureza, à medida que a DAV adota o critério do benefício. Por exemplo, é demonstrado na DRE que os salários dos funcionários participantes do ciclo produtivo são classificados como custos e a remuneração da administração como despesa. Na DAV, independentemente da natureza, os custos ou as despesas, os salários ou a remuneração pagos equivalem ao valor adicionado destinado aos funcionários, em que se utiliza o critério de benefício da renda, conforme Iudicibus et al. (2010).

Segundo Kam (1990), a sociedade é o maior grupo potencial do uso das informações contábeis e tem cobrado cada vez mais informações das empresas, e a contabilidade atua como mediadora dessa exigência.

Teoria dos *stakeholders* e teoria da divulgação voluntária

Com o surgimento da teoria dos *stakeholders*, deu-se mais atenção aos interesses de outros grupos de indivíduos e não apenas aos proprietários ou acionistas das empresas.

Freeman (2010) define os *stakeholders* e o papel que os gestores possuem dentro da organização. O conceito de *stakeholder* oferece uma nova maneira de pensar a gestão estratégica da organização, que direciona como definir e implementar a estratégia de negócio.

De acordo com Donaldson e Preston (1995), existem vários aspectos que envolvem os *stakeholders* e que podem ser usados de formas distintas pelas empresas. Esses autores reconhecem três tipos de uso: descritivo, instrumental e normativo. O aspecto descritivo considera que os gestores podem identificar e classificar os papéis nos ambientes interno e externo. No aspecto instrumental, é evidenciado quando o modelo é usado como ferramenta de gestão (*stakeholder management*). O aspecto normativo aparece quando a alta direção reconhece os interesses de todos os *stakeholders* e alinha interesses comuns e os níveis de influência sobre a organização: “uma maneira de construir uma base normativa para o *stakeholder* é examinar o modelo do seu principal concorrente, o modelo de controle de gestão, na regra de julgamento de interesses” (Donaldson & Preston, 1995, p. 81).

Para Kaplan e Norton (1997), o conjunto de forças criado pelo ambiente externo da empresa, que desenvolve e implementa programas nas instituições, identifica os *stakeholders* como agentes interessados no destino da organização, como governo, entidades/sindicatos, concorrentes, fornecedores, clientes, funcionários, proprietários, executivos e a comunidade em geral, que exercem influência sobre as decisões tomadas pela empresa.

Sousa e Almeida (2006) verificaram que o papel exercido por esses agentes, isoladamente ou em conjunto, tem a finalidade de agregar valor aos proprietários e a toda sociedade em geral.

De acordo com De Luca (1998), fornecer informações à sociedade sobre a utilização de recursos humanos, naturais, financeiros, tecnológicos e outros que pertencem à própria sociedade (direta ou indiretamente) é o mínimo que as entidades devem fazer para merecer o respeito e a credibilidade necessários à continuidade de suas operações. Desse modo, se, por um lado, a organização subtrai da comunidade à sua volta recursos indispensáveis à sua atuação, a comunidade, por outro, tão somente espera uma prestação de contas.

ANDRÉ TADEU BRANDÃO DE SOUSA, JOSÉ ALEXANDRE DE OLIVEIRA VON BLOEDAU, MARTA CRISTINA PELUCIO GRECCO, FABIANA LOPES DA SILVA E DIEGO PELUCIO GRECCO

Com enfoque na divulgação das informações no processo de prestação de contas por parte das empresas, destaca-se o trabalho de Verrecchia (2001) que buscou, com uma abordagem analítica, explicar e prever fenômenos relacionados à divulgação (*disclosure*), reconhecida como a teoria da divulgação.

Verrecchia (2001, p. 99) procura classificar os trabalhos existentes sobre o assunto em três categorias: pesquisa sobre divulgação baseada em associação (*association-based disclosure*), pesquisa sobre divulgação baseada em julgamento (*discretionary-based disclosure*) e pesquisa sobre divulgação baseada em eficiência (*efficiency-based disclosure*).

A primeira categoria inclui pesquisas com o objetivo principal de investigar a relação ou associação entre a divulgação (como sendo um processo exógeno) e as mudanças no comportamento dos investidores, os quais competem no mercado de capitais na forma de agentes individuais que maximizam a sua riqueza.

A segunda categoria compreende pesquisas que identificam quais os motivos da divulgação, ou seja, procuram examinar como os gestores e/ou as empresas decidem divulgar determinadas informações.

A terceira categoria abrange pesquisas sobre quais configurações de divulgação são as preferidas, na ausência de conhecimento passado sobre a informação, isto é, a divulgação ainda não ocorreu e, portanto, pode ser caracterizada como *ex ante*.

Para Salotti e Yamamoto (2008), a teoria da divulgação voluntária trata a divulgação como um processo endógeno, ou seja, consideram-se os incentivos que os gestores e/ou as empresas têm para que possam divulgar as informações.

Valor adicionado e demonstração do valor adicionado

O conceito de valor adicionado foi criado de forma primária há cerca de 200 anos. Segundo Knell (1986), no século XVIII algumas empresas da Europa procuravam constituir uma melhor relação de diálogo com seus grupos de interesse. Entre os participantes desses grupos, estavam os empregados, e essas organizações tinham o objetivo de conseguir uma maior motivação e conseqüente produtividade, problema comum nessa época.

IMPACTO DA COVID-19 NA GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA EM EMPRESAS DO SETOR VAREJISTA LISTADAS NA B3

O Comitê de Normas de Contabilidade do Reino Unido (Accounting Standards Steering Committee – ASSC) começou, em meados da década de 1970, a trabalhar em prol da sistematização e regulamentação do valor adicionado. A iniciativa desse órgão britânico foi fundamental, em termos conceituais, para a abertura das discussões sobre a normatização do valor adicionado (Gallizo & McLeay, 1989).

Na economia, denomina-se “valor adicionado em determinada etapa da produção a diferença entre o valor bruto produzido nessa etapa (igual a vendas mais acréscimos de estoques) e os consumos intermediários” (Simonsen & Cysne, 1995, p. 130). Conceitualmente, a riqueza criada – ou o valor adicionado – pelos agentes econômicos de um determinado país é o Produto Interno Bruto (PIB).

Para o presente artigo, adota-se a definição de valor adicionado formulada por Cosenza et al. (2002, p. 45), que limita o conceito como

[...] uma informação econômico-financeira de natureza histórica, que evidencia a circulação real do patrimônio e mostra o valor econômico que foi gerado por uma empresa durante certo período de tempo e, simultaneamente, como esse valor foi distribuído entre aqueles que contribuíram para a sua criação.

A DAV surgiu como um mecanismo imediato de apresentar o lucro em uma perspectiva mais abrangente para as organizações e o meio em que estão inseridas, como um esforço coletivo do capital, da gestão e do trabalho. No Brasil, a DAV foi normatizada por meio do Pronunciamento Técnico n. 09 aprovado em 30 de outubro de 2008 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2008).

De acordo com Cunha et al. (2005), a DAV, elaborada com base nos dados disponíveis na contabilidade, pode ser considerada um excelente instrumento de medição da riqueza gerada pelas atividades da empresa, ao mostrar como essa riqueza é distribuída entre os diversos agentes econômicos que participam da sua criação.

Já Evraert e Riahi-Belkaoui (1998) elencam outras vantagens, a saber: 1. trabalho organizado; 2. medição de produtividade; 3. explicativo/poder preditivo; 4. mensuração

ANDRÉ TADEU BRANDÃO DE SOUSA, JOSÉ ALEXANDRE DE OLIVEIRA VON BLOEDAU, MARTA CRISTINA PELUCIO GRECCO, FABIANA LOPES DA SILVA E DIEGO PELUCIO GRECCO

da renda nacional; 5. tamanho; 6. negociações salariais; 7. previsões dos investidores; 8. medidas de desenvolvimento econômico; 9. medição de desempenho; e 10. melhor *proxy*.

Dessa forma, com base na DAV, qualquer grupo de interesse poderá conhecer a riqueza gerada por uma organização, bem como sua posterior distribuição entre todos os agentes econômicos que tiveram participação em sua criação, diferentemente do que faz a DRE, que somente informa a riqueza criada sob a ótica do proprietário.

O setor varejista no Brasil e a Covid-19

Para Kotler e Keller (2012, p. 482), “o varejo inclui todas as atividades relativas à venda de bens e serviços diretamente ao consumidor final, para uso pessoal”. Já Richter (1954, p. 53) define o varejo como “o processo de compra de produtos em quantidade relativamente grande dos produtores atacadistas e outros fornecedores e posterior venda em quantidades menores ao consumidor final”. Outra definição relevante é de Spohn e Allen (1977, p. 36): “uma atividade comercial responsável por providenciar mercadorias e serviços desejados pelos consumidores”.

Segundo a Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo, o setor varejista movimentou R\$ 1,650 trilhão em 2019, com crescimento real de 1,8% em relação ao ano anterior, e respondeu por 22,60% do PIB brasileiro.

No ano de 2020, teve o início da crise sanitária em função da Covid-19, afetando vários setores da economia mundial. A primeira vez em que a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi informada sobre a síndrome respiratória aguda grave coronavírus (Sars-Cov-2), o vírus não tinha ainda um nome definido. Em 9 de janeiro de 2020, a OMS publicou um tuíte sobre o surgimento de um número elevado de casos de pneumonia em uma cidade da China (Paiva, 2020).

Depois disso, a situação começou a ser acompanhada de perto pela OMS, que utilizou a rede social como meio de divulgação das principais informações acerca do novo coronavírus. E logo o vírus passou de uma situação regional para uma pandemia, derrubando as economias do mundo, como jamais visto desde a grande crise de 1929 (Ramonet, 2020).

IMPACTO DA COVID-19 NA GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA EM EMPRESAS DO SETOR VAREJISTA LISTADAS NA B3

Segundo Cabral (2020), as vendas no comércio varejista caíram 16,8% em abril de 2020, na comparação com o mês anterior, por conta dos efeitos do isolamento social para amenizar a proliferação da pandemia de Covid-19. É considerado o pior resultado da série histórica que começou em janeiro de 2000, sendo o segundo recuo seguido, acumulando no período uma perda de 18,6%. Os dados são da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021). A PMC ressalta também que o recuo nas vendas no varejo atingiu, pela terceira vez desde o início da série, todas as oito atividades pesquisadas. A maior queda foi em tecidos, vestuário e calçados (-60,6%), seguidas de livros, jornais, revistas e papelaria (-43,4%) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (-29,5%).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa descritiva tem por objetivo analisar o impacto da Covid-19 na geração e na distribuição da riqueza por meio das DAV evidenciadas por empresas do setor varejista listadas na B3.

Identificaram-se 28 empresas do setor varejista do segmento de consumo cíclico listadas na B3 (Tabela 1).

TABELA 1 – Relação das empresas listadas na B3 do comércio varejista consumo cíclico

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	EMPRESA	LISTAGEM	
				CÓDIGO	SEGMENTO
Consumo cíclico	Utilidades domésticas	Móveis	Unicasa	UCAS	NM
	Automóveis e motocicletas	Automóveis e motocicletas	Iochpe-Maxion	MYPK	NM
			Metal Leve	LEVE	NM
	Hotéis e restaurantes	Restaurante e similares	BK Brasil	BKBR	NM
IMC S/A			MEAL	NM	

ANDRÉ TADEU BRANDÃO DE SOUSA, JOSÉ ALEXANDRE DE OLIVEIRA VON BLOEDAU, MARTA CRISTINA PELUCIO GRECCO, FABIANA LOPES DA SILVA E DIEGO PELUCIO GRECCO

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	EMPRESA	LISTAGEM		
				CÓDIGO	SEGMENTO	
Consumo cíclico	Viagens e lazer	Produção de eventos e <i>shows</i>	Time For Fun	SHOW	NM	
		Viagens e turismo	CVC Brasil	CVCB	NM	
	Diversos	Serviços educacionais	Anima	ANIM	NM	
			Cogna ON	COGN	NM	
			Ser Educa	SEER	NM	
			Yduqs Part	YDUQ	NM	
			Localiza	RENT	NM	
		Aluguel de carros	Locamerica	LCAM	NM	
			Movida	MOVI	NM	
		Programas de fidelização	Smiles	SMLS	NM	
		Comércio	Tecidos, vestuário e calçados	Arezzo&Co	ARZZ	NM
				C&A Modas	CEAB	NM
	Grupo Soma			SOMA	NM	
	Le Lis Blanc			LLIS	NM	
	Lojas Marisa			AMAR	NM	
	Lojas Renner			LREN	NM	
	Eletrodomésticos		Magazine Luiza	MGLU	NM	
			Via Varejo	VVAR	NM	
	Produtos diversos		B2W Digital	BTOW	NM	
			Centauro	CNTO	NM	
		Petz	PETZ	NM		
		Quero-Quero	LJQQ	NM		

Fonte: Elaborada pelos autores.

IMPACTO DA COVID-19 NA GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA EM EMPRESAS DO SETOR VAREJISTA LISTADAS NA B3

A Tabela 2 apresenta os valores distribuídos pelas 28 empresas no período analisado.

TABELA 2 – Demonstração do total dos valores distribuídos pelas 28 empresas em R\$

INFORMAÇÃO	2020	2019	VARIAÇÃO
Valor adicionado	38.283.027	51.420.118	-25,5%
Pessoal	19.458.961	20.454.523	-4,9%
Impostos, taxas e contribuições	14.744.771	14.596.789	1,0%
Remuneração de capital de terceiros	10.292.033	10.714.201	-3,9%
Remuneração de capital próprio	-6.261.822	5.486.966	-214,1%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Extraíram-se as variáveis de estudo das DAV referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, as quais foram coletadas no sítio <https://www.investsite.com.br/>. As DAV foram formatadas em planilha eletrônica Excel para posterior tratamento dos dados nos *softwares* SOFA e Minitab. Aplicou-se o teste não paramétrico de Wilcoxon para comparação das variáveis de estudo, com um nível de significância de 5%.

Apresentaram-se os dados sobre o comportamento da geração e da distribuição da riqueza de todas as empresas selecionadas.

RESULTADOS OBTIDOS E DISCUSSÕES

Para a análise do comportamento das empresas da amostra, foi utilizado o teste não paramétrico de Wilcoxon com o propósito de comparar as variáveis de estudo entre 2019 (pré-pandemia) e 2020 (durante a pandemia).

ANDRÉ TADEU BRANDÃO DE SOUSA, JOSÉ ALEXANDRE DE OLIVEIRA VON BLOEDAU, MARTA CRISTINA PELUCIO GRECCO, FABIANA LOPES DA SILVA E DIEGO PELUCIO GRECCO

TABELA 3 – Resultado do teste de Wilcoxon para o valor adicionado total entre 2019 e 2020

Variável	N	Mediana	Mínimo	Máximo	p-valor
DAV_2020	28	780954.0	-2229714.0	7270000.0	0.03231
DAV_2019	28	1044869.5	62219.0	6109792.0	

Fonte: Elaborada pelos autores.

Considerando o nível de significância de 5%, pode-se observar na Tabela 3 que a hipótese nula foi rejeitada, ou seja, observa-se uma redução no valor adicionado gerado em 2020, em comparação ao exercício de 2019.

A variação da DAV em -25,5% entre 2020 e 2019 (Tabela 2) é resultado da crise gerada pela pandemia da Covid-19 que impactou a economia, conforme noticiado massivamente nos canais de comunicação, quando algumas empresas, principalmente a de serviços, tiveram que fechar as portas por orientação da vigilância sanitária, freando o consumo da população como um todo.

TABELA 4 – Resultado do teste de Wilcoxon para a distribuição de riqueza para pessoal entre 2019 e 2020

Variável	N	Mediana	Mínimo	Máximo	p-valor
Pessoal_2020	28	443936.0	19186.0	3219000.0	0.6325
Pessoal_2019	28	485931.0	23012.0	4042000.0	

Fonte: Elaborada pelos autores.

TABELA 5 – Resultado do teste de Wilcoxon para a distribuição de riqueza para governo entre 2019 e 2020

Variável	N	Mediana	Mínimo	Máximo	p-valor
Impostos,_Taxas_e_Contribuicoes_2020	28	291973.0	-185789.0	3830209.0	0.3505
Impostos,_Taxas_e_Contribuicoes_2019	28	293828.5	-14975.0	2681990.0	

Fonte: Elaborada pelos autores.

IMPACTO DA COVID-19 NA GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA EM EMPRESAS DO SETOR VAREJISTA LISTADAS NA B3

Em relação à distribuição de riqueza para pessoal e governo (tabelas 4 e 5), pode-se observar a não rejeição da hipótese nula, ao nível de significância de 5%. Ou seja, não há diferenças estatisticamente significativas entre os valores distribuídos nos anos de 2019 e 2020.

Diferentemente da redução apresentada na análise da DAV (Tabela 3), isso não foi percebido quando se avaliou a distribuição de riqueza para pessoal em -4,9% (Tabela 2) e para o governo em 1,0% (Tabela 2), revelando que, embora seja observada uma redução nos valores distribuídos, estatisticamente a alteração não foi significativa.

TABELA 6 – Resultado do teste de Wilcoxon para a distribuição de riqueza para credores entre 2019 e 2020

Variável	N	Mediana	Mínimo	Máximo	p-valor
Remuneracao_De_Capital_De_Terceiros_2020	28	249138.5	3607.0	1659135.0	0.1866
Remuneracao_De_Capital_De_Terceiros_2019	28	246506.0	192.0	1865833.0	

Fonte: Elaborada pelos autores.

Quanto à distribuição de riqueza para credores (Tabela 6), pode-se observar a não rejeição da hipótese nula, ao nível de significância de 5%. Ou seja, os resultados apontam que não há diferença significativa entre os valores distribuídos para credores nos anos de 2019 e 2020.

Quando se avaliam as informações dos valores distribuídos aos credores cuja redução foi de -3,9% (Tabela 2), percebe-se que as empresas conseguiram manter em 2020 os pagamentos das obrigações, mesmo com as dificuldades no enfrentamento da pandemia.

TABELA 7 – Resultado do teste de Wilcoxon para a distribuição de riqueza para acionistas entre 2019 e 2020

Variável	N	Mediana	Mínimo	Máximo	p-valor
Remuneracao_De_Capital_Próprio_2020	28	36610.0	-5805798.0	1096269.0	0.01306
Remuneracao_De_Capital_Próprio_2019	28	149255.5	-1433000.0	1086201.0	

Fonte: Elaborada pelos autores.

ANDRÉ TADEU BRANDÃO DE SOUSA, JOSÉ ALEXANDRE DE OLIVEIRA VON BLOEDAU, MARTA CRISTINA PELUCIO GRECCO, FABIANA LOPES DA SILVA E DIEGO PELUCIO GRECCO

Em relação à distribuição de riqueza aos acionistas (Tabela 7), pode-se observar a rejeição da hipótese nula, ao nível de significância de 5%. Ou seja, os resultados apontam que há diferença significativa entre os valores distribuídos nos anos de 2019 e 2020, e especificamente a distribuição em 2020 foi inferior ao patamar de 2019.

A análise dos dados demonstra uma redução significativa na remuneração aos acionistas em -214,1% (Tabela 2), revelando que as *performances* das empresas na geração de resultados foram impactadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi identificar o impacto da Covid-19 na geração e distribuição da riqueza por meio das DAV evidenciadas por empresas do setor varejista listadas na B3.

Este artigo contribui com informações sobre o efeito na geração de riqueza das empresas para a sociedade, com resultados que evidenciam uma redução significativa no valor adicionado gerado pelas empresas no ano de 2020, em comparação ao exercício anterior.

Os protocolos adotados de distanciamento social e fechamento das atividades econômicas resultaram em queda da geração de riquezas. A interrupção do fluxo de circulação do dinheiro comprometeu imensamente o caixa das empresas, pois encurtou o giro das empresas, forçou uma busca por crédito já bastante escasso e obrigou a renegociação com fornecedores, o que aumentou significativamente o desemprego, como forma de contenção de despesas e parada econômica.

O ano de 2020 jamais será esquecido, pois a maior crise sanitária do mundo moderno gerou perdas irreparáveis à vida humana, bem como uma crise econômica mundial. A sociedade brasileira também foi duramente impactada por essa crise sanitária, pois, antes da pandemia, o país já vinha apresentando uma lenta recuperação da atividade econômica por conta dos problemas políticos e estruturais crônicos.

As mudanças de comportamento das empresas e da sociedade em decorrência da pandemia da Covid-19 e a expectativa de controle do contágio após a vacinação da população exigiram dos indivíduos adaptações aos hábitos sociais, e as empresas tiveram

que reavaliar constantemente as estratégias operacionais para que pudessem permanecer ativas e distribuindo riquezas.

Nesse mesmo contexto, alguns pontos merecem destaque, como a implementação de forma positiva do *home office*, que aumentou a produtividade, e uma renovação das experiências empresariais em busca de menores custos e melhoria de controles internos. Houve também um aumento de criatividade das empresas brasileiras que buscaram novos mercados e produtos.

Observou-se ainda uma redução estatisticamente significativa na distribuição de riqueza aos acionistas no ano de 2020. Já em relação à riqueza distribuída ao governo e ao pessoal, ela se manteve praticamente nos níveis anteriores à pandemia.

Dessa forma, este trabalho contribui com informações à sociedade sobre o comportamento da distribuição da riqueza por parte das empresas do setor varejista e ressalta a falta de redução da distribuição ao governo, o que denota a falta de políticas públicas efetivas para o enfrentamento da crise pelo setor. Adicionalmente, ressalta a importância da DAV para os investidores, pois demonstra a redução da distribuição a eles, o que pode ser uma informação relevante em seu processo de tomada de decisões de investimentos. Por fim, destaca-se o comportamento socialmente responsável do setor com seu pessoal, com manutenção da distribuição da riqueza das empresas para esse grupo.

REFERÊNCIAS

- Antunes, M. T. P., Pelucio Grecco, M. C., Formigoni, H., & Mendonça Neto, O. R. D. (2012). A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: O processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. *Revista de Economia e Relações Internacionais*, 10(20), 5-19. https://www.fAAP.br/pdf/faculdades/economia/revistas/ciencias-economicas/revista_economia_20.pdf
- Barth, M. E., Beaver, W. H., & Landsman, W. R. (2001). The relevance of value relevance literature for financial accounting standard setting: Another view. *Journal of Accounting and Economics*, 31, 77-104. [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00019-2](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00019-2)

ANDRÉ TADEU BRANDÃO DE SOUSA, JOSÉ ALEXANDRE DE OLIVEIRA VON BLOEDAU, MARTA CRISTINA PELUCIO GRECCO, FABIANA LOPES DA SILVA E DIEGO PELUCIO GRECCO

- Cabral, U. (2020, June 16). *Vendas no varejo caem 16,8% em abril, pior resultado em 20 anos*. IBGE. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27963-vendas-no-varejo-caem-16-8-em-abril-pior-resultado-em-20-anos>
- Castro, D. (2020). *Brasil e o mundo diante da Covid-19 e da crise econômica*. PET Economia UFPR. <https://www.ufpr.br/portalufpr/wp-content/uploads/2020/07/Brasil-e-o-mundo-diante-da-Covid-19-e-da-crise-economica.pdf>
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2008). Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/175_CPC_09_rev%2014.pdf
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2019). CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00\(R2\).pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00(R2).pdf)
- Cosenza, J. P., Callizo, J. L., & Jimenez, F. (2002) A participação dos agentes econômicos no valor adicionado: estudo empírico.
- Costa, R. S. D., & Marion, J. C. (2007). A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. *Revista Contabilidade & Finanças*, 18(43), 20-33. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772007000100003>
- Cunha, C. M. P. D., & Barros, P. P. F. B. (2021). O efeito sobre o BTB da adoção das IFRS e do fim do regime tributário de transição (RTT) no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, 33, 96-111. <https://doi.org/10.1590/1808-057x202113980>
- Cunha, J. V. A. D., Ribeiro, M. D. S., & Santos, A. D. (2005). A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. *Revista Contabilidade & Finanças*, 16(37), 7-23. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772005000100001>
- De Luca, M. M. M. (1998). *Demonstração do valor adicionado: Do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB*. Atlas.
- Donaldson, T., & Preston, L. (1995). The stakeholders theory of the corporation: Concepts, evidence and implications. *Academy of Management Review*, 20(1), 65-91. <https://doi.org/10.2307/258887>
- Evraert, S., & Riahi-Belkaoui, A. (1998). Usefulness of value added reporting: A review and synthesis of the literature. *Managerial Finance*, 24(11), 1-15. <https://doi.org/10.1108/03074359810765679>

IMPACTO DA COVID-19 NA GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA EM EMPRESAS DO SETOR VAREJISTA LISTADAS NA B3

- Favero, H. L., Lonardon, M., Sousa, C., & Takakura, M. (2011). *Contabilidade teoria e prática* (6a ed.). Atlas.
- Freeman, R. E. (2010). *Strategic management: A stakeholder approach*. Cambridge University Press.
- Gallizo, J. L. (1990). *El valor añadido en la información contable de la empresa: Análisis y aplicaciones*. Icac.
- Gallizo, J. L., & McLeay, S. (1989). Algunas observaciones sobre la contabilidad del valor añadido en los informes anuales de compañías y bancos. *Revista Española de Financiación y Contabilidad*, 13(59), 503-511. <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/43978.pdf>
- Groff, M. Z., & Mörec, B. (2021). IFRS 9 transition effect on equity in a post bank recovery environment: The case of Slovenia. *Economic Research-Ekonomska Istraživanja*, 34(1), 670-686. <https://doi.org/10.1080/1331677X.2020.1804425>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021). Vendas no varejo. <https://agencia.denoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27963-vendas-no-varejo-caem-16-8-em-abril-pior-resultado-em-20-anos>
- Iudícibus, S., Martins, E., Gelbcke, E. R., & Santos, A. (2010). *Manual de contabilidade societária*. Atlas.
- Kam, V. (1990). *Accounting Theory* (2nd ed.). Wiley.
- Kaplan, R. S., & Norton, D. P. (1997) *A estratégia em ação: Balanced scorecard*. Elsevier.
- Knell, A. (1986). *Added value for profits*. The Institute of Chartered Accountants in England and Wales.
- Kotler, P., & Keller, K. L. (2012). *Administração de marketing* (14a ed.). Pearson Education.
- Kroetz, C. E., & Cosenza, J. P. (2004). Considerações sobre a eficácia do valor adicionado para a mensuração do resultado econômico e social. *Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul*, (116), 18-28.
- Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (1976). Dispõe sobre as sociedades por ações. *Diário Oficial da União*.
- Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (2007). Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às

ANDRÉ TADEU BRANDÃO DE SOUSA, JOSÉ ALEXANDRE DE OLIVEIRA VON BLOEDAU, MARTA CRISTINA PELUCIO GRECCO, FABIANA LOPES DA SILVA E DIEGO PELUCIO GRECCO

sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. *Diário Oficial da União*.

- Lopes, A. B., & Martins, E. (2007). *Teoria da contabilidade: Uma nova abordagem*. Atlas.
- Machado, M. A. V., Silva Macedo, M. A. da, & Machado, M. R. (2015). Análise da relevância do conteúdo informacional da DAV no mercado brasileiro de capitais. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(67), 57-69. <https://doi.org/10.1590/rcf.v26i67.98098>
- Machado, M. R. R., Machado, L. S., Souza, E. S., & Oliveira, J. J. de (2012). Aderência às normas internacionais de contabilidade pelas empresas brasileiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 6(15), 3-22. <https://doi.org/10.11606/rco.v6i15.52654>
- Mendes, F. (2020, Agosto 8). *Varejo tem perda acumulada de R\$ 279 bilhões desde início da pandemia*. Veja. <https://veja.abril.com.br/economia/com-pandemia-varejo-tem-perda-acumulada-de-r-279-bilhoes/>
- Moreno, J. C., Jesus, R. de, Pelucio Grecco, M. C., Silva, F. L. da, & de Mendonça Neto, O. R. (2019). Análise da geração e distribuição da riqueza através da demonstração de valor adicionado no setor de construção do Brasil. *Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos*, 6(1), 178-199. <https://doi.org/10.23925/2446-9513.2019v6i1p178-199>
- Paiva, D. (2020, Abril 3). *Dados de descoberta de uma nova doença até a pandemia: A evolução da Covid-19 registrada nos tuítes da OMS*. G1. <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/03/da-descoberta-de-uma-nova-doenca-ate-a-pandemia-a-evolucao-da-covid-19-registrada-nos-tuites-da-oms.ghtml>
- Pelucio Grecco, M. C., Geron, C. M. S., Grecco, G. B., & Lima, J. P. C. (2014). The effect of IFRS on earnings management in Brazilian non-financial public companies. *Emerging Markets Review*, 21, 42-66. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ememar.2014.07.001>
- Pelucio Grecco, M. C., Geron, C. M. S., & Macias-Cardona, H. A. (2019). IFRS adoption and company conservatism in Colombia and Brazil. *Base Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, 16(3), 388-410. <https://doi.org/10.4013/base.2019.163.02>
- Ramonet, I. (2020). La pandemia y el sistema-mundo. *Le Monde Diplomatique*, 25, p. 1-40.
- Richter, H. G. (1954). *Retailing: Principles and practices*. McGraw Hill.

IMPACTO DA COVID-19 NA GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA EM EMPRESAS DO SETOR VAREJISTA LISTADAS NA B3

- Salotti, B. M., & Yamamoto, M. M. (2008). Divulgação voluntária da demonstração dos fluxos de caixa no mercado de capitais brasileiro. *Revista Contabilidade & Finanças*, 19(48), 37-49. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772008000300004>
- Silva, M. C., Siqueira, J. R. M. D., Morais, M. O., & Santos, R. R. D. (2008). Demonstração de impacto social: Uma contribuição para evidenciação da responsabilidade social. *Pensar Contábil*, 10(41), 1-10.
- Simonsen, M. H., & Cysne, R. P. (1995). *Macroeconomia*. Atlas.
- Sobral, R. S., Fabrini, C., Grecco, M. C. P., & Silva, F. L. da (2021). Análise da adoção do modelo de perdas esperadas do CPC 48: Instrumentos financeiros pelas distribuidoras de energia do Sudeste do Brasil. *Práticas em Contabilidade e Gestão*, 9(1), 1-20.
- Sousa, A. F., & Almeida, R. J. (2006) *O valor da empresa e a influência dos stakeholders*. Saraiva.
- Spohn, R. F., & Allen, R. Y. (1977). *Retailing*. Prentice-Hall.
- Tarca, A. (2021). Business combinations under common control: Filling a gap in IFRS standards. *Australian Accounting Review*, 31(4), 321-327. <https://doi.org/10.1111/auar.12353>
- Verrecchia, R. E. (2001). Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, (32), 97-180. [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00025-8](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00025-8)